

LOCAL

Vilamoura desvia ribeira para que cidade lacustre não se afunde

Os promotores do mega-empendimento relativizam os impactos negativos e não temem que mais de 60 hectares de zonas húmidas se convertam em focos de criação de mosquitos – vectores de várias infecções

Algarve
Idálio Revez

A construção de um megaprojecto de 2400 camas turísticas, classificado de potencial interesse nacional (PIN) em 2009, vai obrigar a desviar as águas da ribeira de Quarteira e a construir um dique para que a futura cidade lacustre não se afunde. Do loteamento faz parte uma área com riscos de inundações – marítimas e fluviais –, mas os empreendedores entendem que todos os impactes negativos se resolverão com obras de minimização. “Um projecto do século passado, desajustado ao presente e ignorando o futuro”, declarou ao PÚBLICO Luís Brás, dirigente da associação ambientalista Almargem, reclamando a “anulação” da declaração de impacto ambiental (DIA) sobre os lagos, emitida há 11 anos. Hoje termina a consulta pública do estudo sobre os impactos do empreendimento.

O empreendimento é descrito como uma peça arquitectónica integrada num parque ambiental que inclui mais de 60 hectares de zonas húmidas, um potencial foco de criação de mosquitos. Apesar de a região se encontrar no radar das autoridades da saúde pública por causa das doenças como o vírus do Nilo e o paludismo, que fez vítimas na zona até à década de 1950, os investidores, o grupo financeiro Lone Star (Novo Banco), mantêm os seus propósitos. À luz dos instrumentos de ordenamento que existem, sublinha o ambientalista, “o Estado tem mais do que razões para suspender este projecto por falta de sustentabilidade e pela destruição maciça dos habitats”.

A consulta pública do estudo de impacto ambiental (EIA), através do portal Participa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), termina hoje. A comissão de avaliação do estudo de impacto ambiental (EIA) considerou, no passado mês de Setembro, que o projecto, localizado numa área “qualificada como sensível”, teria de ser reformulado e submetido a nova audição das entidades oficiais e dos cidadãos.

O movimento Cidadãos em Defesa da Ribeira de Quarteira – Contra a



O projecto foi considerado de interesse nacional há 11 anos

Cidade Lacustre divulgou um comunicado em que considera “incompreensível” o prazo de dez dias úteis para estudar e tomar posição sobre este dossier. Não está em causa apenas o impacto da construção dos lagos, afirma, mas também a dimensão do empreendimento. O que devia estar a acontecer, diz o movimento de cidadania, “era uma reflexão profunda sobre os erros do passado, nomeadamente sobre a relação entre a perda de biodiversidade e o flagelo das pandemias”. Na altura da concepção do plano, admitem os críticos, poderia ser apresentado como “um projecto turístico promissor” mas, à luz do que se passa no mundo, sublinham, do que se trata é de um “mais que provável fiasco com elevados

A proposta, a implantar em volta de quatro lagos de água salgada (três a construir e um já existente), prevê 2400 camas turísticas

custos, económicos, ambientais e sociais”.

O relatório do EIA relativiza os impactes relacionados com a subida do nível médio das águas do mar ou o perigo das cheias da ribeira de Quarteira. “Não possui vulnerabilidade alta a qualquer evento relacionado com as alterações climáticas”, lê-se no documento. De entre as obras de mitigação, a concretizar, destaca-se o desvio das águas do Vale Tisnado, o desassoreamento da foz da ribeira de Quarteira e a construção de um dique de protecção contra cheias. Sobre a evolução do empreendimento, muito dependente das alterações climáticas, o promotor preconiza a elaboração de um plano de monitorização para “ir ajustando à realidade local os cenários que possam conduzir a um recuo da linha da costa. A nova proposta urbanística, a implantar em volta de qua-

tro lagos de água salgada (três a construir e um já existente) sofre uma redução de 106 camas, baixando de 2506 para as 2400 camas turísticas. No próximo dia 8 de Novembro caduca a DIA emitido há anos sobre a construção dos lagos.

Na óptica dos promotores, a reformulação do projecto vai reforçar a preservação dos valores ambientais, diversificando o “mosaico dos habitats, através da criação de uma zona de sapal, sujeita à influência das marés”. Na parte urbana, sublinham, verifica-se uma “redução da área de construção e do número de habitantes previsto, bem como um maior afastamento das edificações relativamente às ruínas romanas e uma redução da altura e edificações nas proximidades do parque ambiental”.

De entre as medidas preventivas e controlo da propagação de doenças relacionadas com a saúde pública, propõe-se a criação de um “programa de monitorização” dos mosquitos – vectores de infecções. A malária (ou paludismo), refere o jornal local *Voz de Loulé*, foi uma doença que permaneceu endémica nesta zona do Algarve até cerca de 1950. O vírus do Nilo Ocidental, referenciado no EIA, é outra ameaça que está presente. De resto, a Direcção-Geral de Saúde, em 2004, chegou a criar um “gabinete de crise” e a emitir uma circular normativa a todos os médicos do país depois de terem sido detectados dois casos desta doença em dois cidadãos irlandeses – um homem de 54 anos e uma mulher de 51 anos – que estiveram a passar férias no Algarve. “Propõe-se uma monitorização de mosquitos, extensa e continuada, para melhor avaliar a dinâmica temporal destas populações de mosquitos devido aos efeitos que podem ter na saúde humana, quer como vectores de doenças, quer pela incomodidade provocada”, diz o EIA.

O estudo conclui que os impactes são “residuais” e não põem em causa o investimento. “O projecto devia cair”, remata Luís Brás, prometendo apresentar uma contestação em sede de comissão de avaliação de impacto ambiental.

irevez@publico.pt